

Podar a dívida interna

É DE se esperar que o Governo federal autorize o uso de cruzados novos para a compra tanto de seus bens móveis e imóveis como das ações de empresas estatais que a administração federal colocará em licitação nos próximos meses. Será uma forma de reduzir a sua própria dívida interna.

A VERDADE é que a União não tinha, até a posse do novo Governo, a menor condição de pagar essa dívida (na qual estava aplicada boa parte dos recursos do overnight, das contas remuneradas, dos fundos de curto prazo e das cadernetas de poupança). Somente o custo de rolagem dessa dívida já seria suficiente para comprometer mais de um terço do total de receitas do Governo federal. Como o Tesouro não tinha esse dinheiro, pagava aos poupadores com mais títulos. Empresas e pessoas físicas iam sacando e aplicando diariamente no sistema financeiro, de modo a permitir a rolagem do principal, da correção monetária e dos juros da dívida.

QUANDO faltava liquidez (ou seja, quando os agentes econômicos precisavam sacar mais do que pretendiam aplicar), o processo não era interrompido, porque o Banco Central "entrava" no mercado financiando as carteiras de títulos públicos administradas pelas instituições financeiras. Assim, esses ativos

não passavam de uma forma disfarçada de moeda, pois tinham liquidez total e imediata. Com tamanho excesso de moeda, a economia brasileira só podia viver mergulhada em inflação aguda.

COM o plano de estabilização, o Governo Collor buscou dar um corte nesse processo, que os economistas batizaram muito bem de "ciranda financeira". Bloqueou a maior parte da "moeda" que estava em circulação — de maneira até excessiva — e, simultaneamente, alongou o perfil da dívida interna (para um mínimo de 18 meses).

EM um primeiro momento, poder-se-ia concluir que o Governo ficou com um endividamento em cruzados novos ainda maior do que o existente no dia 16 de março. No entanto, deve-se considerar que o custo dessa dívida em cruzados novos baixou drasticamente (para 6% reais ao ano, quando antes andava em torno de 4 a 5% reais ao mês), estacando o já mencionado processo em que títulos eram emitidos só para cobrir juros e correção monetária da dívida. Além disso, estão sendo tomadas providências de contenção de despesas, possibilitando ao Tesouro fazer caixa para arcar, no período combinado, com o serviço da dívida.

MAS é preciso, ainda assim, diminuir o principal da divi-

da em cruzados novos. O caminho mais correto é a alienação de patrimônio, aí incluindo-se desde automóveis de representação e imóveis funcionais em Brasília (que de nada contribuíram para melhorar o serviço público) até companhias estatais. Caso vier a ser permitido nessas vendas o pagamento em cruzados novos, o dinheiro arrecadado servirá basicamente para diminuir a dívida, e não poderá ser desviado para outros tipos de gastos. Foi essa a política que Margaret Thatcher adotou para reduzir a dívida pública que ameaça corroer as finanças do austero Governo britânico.

ESSE sistema nada mais é do que a tão almejada troca de dívida por ativos, que economistas e políticos discutiram durante muito tempo, sem chegar a uma fórmula ideal antes do Governo Collor. Agora, com o dinheiro bloqueado por 18 meses, a troca desses recursos por ativos funcionará como incentivo. Alguns ativos poderão até ser revendidos sem afetar a liquidez da economia, pois os negócios se darão no âmbito do setor privado, com cruzeiros já existentes.

A REDUÇÃO da dívida é uma forma de liberar a receita futura do Governo para aplicação em algo mais útil para o conjunto da sociedade brasileira. Por enquanto, a contrapartida dessa dívida são ativos que hoje nada rendem para a sociedade.